

A HISTÓRIA POR TRÁS DA ORIGEM DO UNIFORME AZUL E BRANCO DAS NORMALISTAS DO RIO DE JANEIRO

THE HISTORY BEHIND THE ORIGIN OF THE BLUE AND WHITE UNIFORM NORMALISTS OF RIO DE JANEIRO

Fábio Souza Lima⁵⁵

Resumo

Inserido no campo de história da educação este artigo tem por objetivo analisar como foi constituído o famoso uniforme das normalistas da Cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, abordamos questões relacionadas a história do Curso Normal e de seus distintivos sociais. Tendo os anos 1900 a 1910 como recorte temporal, buscamos contribuir para o campo no sentido conhecer melhor as bases da formação de professores primários na capital do Brasil. Nossa metodologia foi pautada no trabalho com fontes documentais, com ênfase na legislação escolar e na pesquisa empírica realizada nos acervos do Instituto de Educação Carmela Dutra e do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Escola Normal. Uniforme. Rio de Janeiro. Corpo. Instituto de Educação.

Abstract

Inserted in the field of history of education this article has as objective to analyze how the famous uniform of the normalists of the City of Rio de Janeiro was constituted. In this sense, we address issues related to the history of the Normal Course and its social distinctives. Since the years 1900 to 1910 as a temporal cut, we seek to contribute to the field in order to better understand the bases of the formation of primary teachers in the Brazilian capital. Our methodology was based on work with documentary sources, with emphasis on school legislation and empirical research carried out in the collections of the Carmela Dutra Institute of Education and the Higher Institute of Education of Rio de Janeiro.

Keywords: Normal School. Uniform. Rio de Janeiro. Body. Institute of Education.

⁵⁵ Atua como professor do Instituto de Educação Carmela Dutra. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa História, Sujeitos e Processos Educacionais. Mestre também pelo PPGE/ UFRJ, na mesma linha de pesquisa. Pós-graduado em Políticas Públicas em Espaços Escolares pela CESPEB/ UFRJ. Tem por base as suas graduações em História pela Universidade Federal Fluminense (Licenciatura e Bacharelado) e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Licenciatura e Bacharelado). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5716524044404475> E-mail: fabiosouzalima@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Escola Normal da Corte, no que é hoje a Cidade do Rio de Janeiro, foi instituída nos termos do Decreto n.º 7.684 de 6 de março de 1880⁵⁶, assinado pelo próprio Imperador D. Pedro II, sendo inaugurada no dia 5 de abril. Porém, mesmo contando com a presença do Imperador na solenidade de inauguração, a Escola de formação de professores primários não parecia estar no centro das políticas educacionais, uma vez que iniciou seus trabalhos provisoriamente instalada no prédio do Imperial Colégio Pedro II, no centro da cidade.

Cerca de um mês depois, a unidade mudou-se para a Escola Central de Engenharia, no Largo de São Francisco⁵⁷, onde ficou até o ano 1888 (GONDRA & SCHUELER, 2008). Neste mesmo ano, portanto antes da proclamação da República, a unidade foi novamente deslocada, passando a dividir sua estrutura com a Escola Profissional Rivadávia Correa, localizada no Campo da Aclamação, atualmente Praça da República, permanecendo ali até 1914 (SANTOS, 2012; 2013). De lá, mais uma vez se transferiu, sendo provisoriamente alocada na Escola Estácio de Sá, situada próximo à Praça Onze, ainda na região central do Rio de Janeiro, onde se manteve até outubro de 1930. Nesta última data, a Escola Normal do Distrito Federal ganhou um prédio na Rua Mariz e Barros, na Tijuca, sendo mais tarde, em 1932, transformada em Instituto de Educação. Contudo, este período de intensas mudanças é o que mais nos interessa neste trabalho para reconstruir a história de criação do uniforme das professoras primárias normalistas. Um distintivo social que virou um símbolo de qualidade educacional, mas também de elitização do ensino, durante a maior parte do século XX.

⁵⁶ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7684-6-marco-1880-546874-publicacaooriginal-61438-pe.html>. Acessado dia 9.10.16.

⁵⁷ Onde atualmente se localiza o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

DISCUSSÕES SOBRE O UNIFORME

No início do século XX, o quantitativo de mulheres na Escola Normal do Distrito Federal (ENDDF) já era muito superior ao dos homens. A identificação da profissão com o gênero feminino se construíra efetivamente sob a corrente de pensamento positivista e sob as expressões largamente difundidas como as de autoridade moral, cuidado infantil, maternagem, mãe espiritual, doação e por natureza, ligadas às mulheres desde o final do século XIX (ver LOURO, 2006; CARVALHO, 1999; 2005). Assim sendo, a procura masculina se tornou tão baixa e essa relação de identificação tão evidente que a matrícula de homens na unidade chegou a ser vedada entre 1901 e 1907⁵⁸, (SILVEIRA, 1954). Enquanto que as mulheres representavam cerca de 30% do número de professores atuantes em 1872 no Rio de Janeiro, menos de trinta anos depois, em 1906, esse número saltou para 70% (HAHNER, 2011). Mesmo depois de autorizada a matrícula de meninos no curso normal, dados da pesquisa da historiadora Diana Vidal (2000) apontaram que percentual de homens na primeira metade dos anos 1920 ficou entre 2,5% e 4%, consolidando esse processo de feminização da profissão.

Nesse mesmo período em que o país experimentava as primeiras décadas de República, o anel de formatura com o símbolo da estrela sobre a pedra Ônix negra tornou-se um distintivo da professora normalista a partir de 1922. Contudo, mesmo diante de tal importância simbólica, foi o uniforme de normalista aquele que se tornou a principal referência da representação feita sobre a professora primária de nível médio formada na cidade do Rio de Janeiro e exemplo de uma cultura escolar que se consolidou nas décadas seguintes (FARIA FILHO; VIDAL; PAULILO, 2004).

A criação de tal uniforme foi uma construção institucional realizada pelo legislativo e pelo executivo municipal, entretanto, tem uma interessante história que também reforça as ideias de moralidade e civilidade, relacionadas à cultura escolar da ENDF (JULIA, 2001), que mais tarde transformada em Instituto de Educação (1932), de

⁵⁸ Decreto 844 de 19 e dezembro de 1901 e Decreto 1122 de 21 de junho de 1907 (SILVEIRA, 1954, p. 37).

onde se originaram as Escolas Normais Carmela Dutra, Sarah Kubitschek, Heitor Lira, Ignácio Azevedo do Amaral, Júlia Kubitschek, entre outras (LIMA, 2015; 2017).

Em relação à discussão sobre a primeira proposta de adoção de um uniforme para Escola Normal, vale reescrever as palavras do Senador Ruy Barbosa, citadas no Conselho Municipal quando o assunto começava a ser discutido, em 1914:

(...) à futura professora, aqui tenho o que, em um bello relatório, escreveu o eminente Senador da República, Dr. Ruy Barbosa (lê):
“Estabelecer os melhores methodos, prover o mais completo material clássico a todas as escolas, rodear o magistério das mais altas vantagens sociaes, tudo será improfícuo e vão se não organizarmos a educação do mestre”⁵⁹

As palavras de Ruy Barbosa se referiam, sobretudo, às vantagens das professoras, e, mais notadamente, ao serviço público garantido após a formatura na Escola Normal. No entanto, no que diz respeito à “organização da educação do mestre”, devemos lembrar que a Escola, como *lócus* da ação de um homem sobre outro, deveria ser, nos moldes descritos por François Dubet (2006), um santuário no que diz respeito às suas práticas. Apesar disso, na última mudança de sede da Escola Normal, conforme citamos, a unidade foi para a região do Estácio em 1914, e por lá ficou até 1930. Segundo a historiadora Heloísa Santos (2013), o local era miserável e repleto de casas de prostituição, variando o público entre pessoas pobres – vistas como vagabundos –, filhos de antigos barões o café e aristocratas, além de políticos, todos clientes das “mulheres públicas”.

Diante desse problema, ainda em 1914, surgiu por iniciativa do Intendente Municipal Coronel Leite Ribeiro⁶⁰, o projeto n.º 71, posto em discussão em 9 de julho. Entre as conversações antes da aprovação do projeto que deveria começar a valer já em 1915, foram colocados argumentos de que o uniforme irmanaria as alunas ricas e pobres, criando também um espírito de classe, o que por fim, fortaleceria a Escola Normal. O terceiro argumento, no entanto, apontava a motivação inicial de criação do

⁵⁹ Intendente Coronel Leite Ribeiro, explanação sobre a criação do uniforme para a Escola Normal. O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁶⁰ Nomeados pelo Presidente da República, os intendentes atuavam no Conselho Municipal, órgão legislativo.

uniforme, falando abertamente da diferenciação entre normalistas e prostitutas da região do Estácio.

O uniforme é estético; é econômico; dois ou três permitirão fazer um anno inteiro de curso, sem preocupações de toilettes mais ou menos dispendiosas; confunde alumnas ricas e pobres, impedindo que muitas destas com a inexperiência própria da idade, entrem a invejar e a querer imitar as primeiras, que podem aparecer sempre mais luxuosamente postas; contribui para crear um salutar espírito de classe, desertando o sentimento e condição, que o uniforme representa, e o estímulo para zelar pela dignidade dela; impedirá que continuem a se confundir com as normalistas não poucas criaturas de moralidade duvidosa e que se fazem passar por tal e que levam a sua exploração a ponto de frequentar as imediações da Escola Normal e carregam livros constantemente...⁶¹

A proposta de Leite Ribeiro, até então exclusiva para o sexo feminino, ainda versava sobre a proibição de quaisquer outros objetos pelas jovens que quisessem entrar na Escola Normal, advertindo em seu artigo primeiro que “não podendo a sobriedade do vestuário adoptado ser quebrada por qualquer objecto de luxo, inclusive joias”⁶². A ideia de impedir o uso de joias estava relacionada diretamente à vizinhança da Escola Normal, considerando a indumentária que as “mulheres públicas” adotavam. Porém, tal medida também ilustrava o controle do corpo da mulher exercido pelo Município, o que vemos como mais um elemento dentro do já evidente controle da moral e das ideias a serem apreendidas pelas normalistas.

Os boatos envolvendo as normalistas e os prostíbulos da região ganharam tamanha notoriedade na época que o teatro de revista *Preto no Branco*, funcionando no teatro Apollo, no centro da cidade (gênero teatral conhecido pela sátira social e política, além da sensualidade), incluiu referências à Escola Normal e aos prostíbulos da região do Estácio em seu espetáculo, o que serviu para pesar o argumento de Leite Ribeiro.

A revista *Preto no Branco*, com tanto sucesso levada à scena em um dos theatros desta capital, continha uma pilheria sobre as

⁶¹ O PAIZ. O uniforme das normalistas. 10.12.14. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁶² O SÉCULO. Um projeto original. O Sr. Leite e as Normalistas. 10.12.14. s/n. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

normalistas, que as scandalizou; houve solene protesto, intervenção da censura policial, tudo serenando com a retirada da fala que dera origem ao incidente. (...) nas proximidades da Escola, pois ali funcionam casas de má sorte, expandindo as teias de aranha da vida fácil e premiada, numa época crítica de vida difficilima; na própria massa das alumnas, onde uma ou outra ovelha transviada, por pascer impune no rebanho, dá margem a sérias apprehensões da parte dos paes ciosos do bom nome e da virtude das filhas. Bem andarão os poderes superiores, da República dirigindo vistas carinhosas para a solução do problema. Afinal, o que entra em jogo, na causa, é a moralidade da família brasileira, no que ella tem de mais santo – a reputação das moças que sendo hoje o encanto dos lares serão amanhã as educadoras da infância, a quem semearão conselhos e exemplos, (...) Uma das medidas muito lembradas, e de grande exequibilidade, é a da uniformização dos vestuários das alumnas (...) Agora, as más ovelhas. Dizem que há, entre as alumnas da Escola Normal, algumas que frequentam casas suspeitas. Cumpre um inquérito, e punição imediata. Um diretor da Escola, certa vez, parece que apanhou num desses antros, um sua discípula – que foi expulsa no dia seguinte⁶³.

Ao pedir a palavra no Conselho Municipal nos últimos dias de discussão sobre o projeto, Ribeiro aludiu à atuação da revista *Preto no Branco* no Teatro Apollo, que introduziu em seu número a questão da reputação da Escola Normal. O Intendente, na mesma sessão, ao terminar sua argumentação, ainda complementou descrevendo a importância do projeto de uniformização das alunas da Escola Normal com as seguintes palavras:

Chegou ao meu conhecimento que, há tempos, um alcouce, instalado nas cercanias da Escola Normal, trazia na porta de uma das suas dependências este letreiro: “privativo das alumnas da Escola Normal”. Essa nodoa infante precisa ser totalmente lavada, e eu cada vez mais me orgulho do meu gesto, do meu esforço em prol dessa lavagem⁶⁴.

O representante do Conselho Municipal citou ainda o semanário *A Cidade*, que por sua vez insistia na afirmação de que “o uniforme seria uma couraça protectora dessas moças (...) livrando-as na rua das impertinências, dos malcreados e nos antros

⁶³ CORREIO DA MANHÃ. A causa das normalistas. 28.11.14. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁶⁴ O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

de perdição impondo a convicção e certeza de que frequentadoras não são normalistas, como querem fazer crer”⁶⁵.

Entretanto, mesmo com os argumentos aludindo à moral das normalistas, o projeto de criação de um uniforme em 1914, que se tornou tão valorizado durante o restante do século XX, não foi tão bem recebido, nem pelo Conselho Municipal nem pelas alunas e pais de alunas que frequentavam a Escola Normal no Estácio. Além da oposição dentro da Escola Normal, as ex-alunas também se manifestaram. Havia, desde o Decreto n.º 811 de 13 de outubro de 1910, uma indicação da Prefeitura de que professores diplomados pela Escola Normal usassem nas solenidades públicas um distintivo⁶⁶ que era composto do seguinte figurino, segundo o jornal O Paiz, de 14 de outubro de 1910:

Pelo decreto n. 811, de hontem datado, o Sr. Prefeito autorizou os alunos diplomados pela Escola Normal a usar, na solenidade da distribuição na mesma escola ou em qualquer outra, principalmente nas que se relacionarem com o magistério público municipal, de um distintivo, que se comporá de um túnica preta, talar, de gola alta e de mangas largas, de gravata branca rendada sobre o peito e gorro preto com borla caída⁶⁷.

Leite Ribeiro, ao discursar na tribuna, ao mesmo tempo em que citava tal distintivo já era usado pela formadas, apontava também a preocupação das diplomadas de continuarem a ser identificadas nos cafés e teatros⁶⁸. A criação de um uniforme para a Escola Normal significava, portanto, o enfraquecimento de uma marca das professoras já formadas e o fortalecimento institucional das normalistas em formação. Devemos perceber que este é um momento em que uma política pública de reconhecimento das professoras normalistas é sobreposta por outra política que visava reforçar “as maneiras de ser, os objetos, as maneiras de pensar” (DUBET, 2006,

⁶⁵ A CIDADE. 02.12.14. Trecho publicado em Correio da Manhã. A causa das normalistas. 28.11.14. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁶⁶ O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁶⁷ O PAIZ. Três tiras. 14.10.1910. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

⁶⁸ O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.1914. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

p. 30, tradução nossa). Nesse contexto, uma dessas professoras, ex-aluna da Escola Normal, assim se pronunciou ao falar sobre a criação do uniforme para as estudantes:

O uniforme é uma asneira. Serve apenas como um distintivo ridículo, para expor as alumnas à curiosidade pública. (...) A Escola Normal não é nenhum asylo de órfãos, onde as educandas são obrigadas – mais por amor da economia do estabelecimento que por outras razões de ordem moral – às roupas de asyladas. Ninguém entra para a Escola Normal com passaporte de pobreza. Cada alumna se vestirá como quiser, ou, melhor, como m’puder. A bolsa de cada um é que legisla a matéria. (...) Não creio na possibilidade de uma lei tão tola como essa do uniforme. (...) divertem-se em ameaçar-nos com inovações que só nos podem acarretar prejuízos, como essa do uniforme, motivo ridículo para as moças obrigada a atravessar as ruas sob a galhofa do grande público⁶⁹.

O ‘DIRETOR INCOMPATÍVEL’ E AS ‘MENINAS GERMANIZADAS’

Alguns jornais deram notoriedade às discussões no Conselho, ao mesmo tempo em que abriram espaço em seus noticiários para apelações que variaram entre o escárnio, o descrédito e a identificação com um pretenso projeto de germanização das normalistas e do povo brasileiro. Afinal, o Brasil vivia um ano particularmente tenso, agravado pelo início da Grande Guerra (1914 – 1918). Assim, dois dias depois de o Cel. Leite Ribeiro ter apresentado o projeto n.º 71, isto é, dia 11 de julho de 1914, o jornal O Século noticiou em primeira página com a intenção de ridicularizar a proposta:

O sr. Leite Ribeiro descobriu o meio de ser grandemente popular, com o seu projeto criando uniforme para as normalistas. Discute-se o projecto com uma grane assunto de moa, que tem sempre a virtude de seduzir e inflamar as cabecinhas das nossas gentis patricias. É do que se fala em toda a parte. Ainda hoje tivemos ocasião de observar num bonde como o caso está interessando.

O bonde vinha cheio de normalistas.

– Leu o projeto do uniforme?

– Li. Como será?

– Dizem que será uma saia de maxixes.

– Naturalmente verde e amarela.

E estourou uma risada.

⁶⁹ O PAIZ. O uniforme das normalistas. 20.12.1914. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

- E blusa simples, em forma e casaco.
- O chapéu?
- Um capacete e feltro com uma fitinha.
- Ahi é que hão de por a estrella.
- Não, a estrella é no peito, do lado esquerdo.
- Uma condecoração.
- As botas?
- De duas cores: verde e amarela.

E assim continuaram a descrição do futuro uniforme, despertando fortes risadas até que se estabeleceu que as alumnas do primeiro anno tivessem um galão, as do segundo dois e assim sucessivamente⁷⁰.

Mais tarde, a ideia de identificar a proposta de um uniforme com uma farda militar, onde uma estrela seria colocada no peito da normalista como uma forma de condecoração (algo realizado até os dias de hoje), visava atingir o novo diretor da unidade, o médico Hans Heilborn. Imigrante alemão, Hans Heilborn havia saído do Colégio Pedro II e assumido a diretoria da Escola Normal em 2 de dezembro de 1914⁷¹, seis meses depois de iniciada a Primeira Guerra Mundial. Embora o Brasil só tenha se envolvido na guerra a partir de 1917, a atuação de intelectuais da Liga Brasileira pelos Aliados⁷², entidade da qual o poeta Olavo Bilac fazia parte, tomava os jornais em uma campanha contra o militarismo germânico, respingando inevitavelmente em Helborn. Durante todo o ano seguinte o Diretor Hans Heilborn teve o seu nome ligado a casos de autoritarismo dentro da Escola Normal, sendo confrontado especialmente pelo Jornal O Século⁷³, que frequentemente abria o seu noticiário sobre a escola Normal com a seguinte manchete “Diretor Incompatível”.

(...) em amparo do prestígio do estrangeiro que paga o acolhimento que lhe dispensamos com a ousadia de pretender prejudicar a carreira de centenas de moças que trocam os prazeres das diversões pelo árduo trabalho da educação do espírito. (...) Mas o que não

⁷⁰ O SÉCULO. Novidades. 11.07.14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁷¹ O PAIZ. Diretoria de Inspeção. 06.04.14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁷² Ver CPDOC. Liga Brasileira pelos Aliados. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20BRASILEIRA%20PELOS%20ALIADOS.pdf>. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁷³ Ver CPDOC. O periódico O Século pertencia e era dirigido pelo médico Jaime Pombo Brício Filho, que também fora deputado federal pelo Pará e Pernambuco, além de professor da Escola Normal.

admitimos, o que não toleramos, o que insufla o nosso sentimento de nacionaes, é o registro da formula adoptada para a investidura do actual director da Escola Normal guindado ao posto em nome da moralização dos costumes. (...) Não é tudo. Quando o mundo se acha profundamente impressionado pela conflagração europeia, quando as notícias dos horrores da guerra chegam a todos os cantos do globo, quando as barbaridades germânicas assombram a humanidade, levantando justos e significativos protestos de indignação, um delegado do presidente e um paiz neutro, olvidado dos deveres internacionais, contrariando os sentimentos de um povo inteiro, chama um alemão para governar a Escola onde formam as educadoras da infância⁷⁴.

Outra atitude que desagradou os jornais, atribuída a Hans Heilborn, foi a escolha definitiva do prédio da Estácio de Sá, pois segundo o jornal O Século, era mais conveniente ao diretor por conta das facilidades de seu caminho para casa, na cidade de Petrópolis⁷⁵. Em um acentuado clima de perseguição, também foi atribuído a ele o apoio ao projeto e a escolha de um possível uniforme que deveria parecer um traje militar aos moldes do que os soldados alemães usavam na guerra.

AS MENINAS <<GERMANIZADAS>>

(...) Esses nossos legisladores municipaes são interessantes. As medidas de carácter geral, que ingressam o Districto morrem pelas pastas das comissões. Todos os projectos de ordem pessoal passam, porém, rapidamente e são aprovados, ou dados como tal, num abrir e fechar de olhos.

Tem esse andamento rápido também as medidas odiosas, que merecem censuras e provocam reparos da imprensa. Está nesse numero o projeto sobre o fardamento das alumnas da Escola Normal, que foi aprovado em 2ª discussão no Conselho.

Pela pressa que se dão os intendentes m votá-lo, pode-se dizer que o sr. Rivadávia [prefeito] não lhe oporá seu veto. Será lei.

Como o diretor da Escola Normal é o cidadão alemão Hans Heilborn que decide tudo sem ouvir o diretor de instrução e o prefeito, de quem aliás parece ter carta branca, a ele vão competir escolher tal uniforme.

O sr. Rivadávia [prefeito] vae confiar ao seu <<gosto artístico>> a solução da <<farda>> para as moças. Todo alemão, cheio de rigores a Kaiser, o sr. Hans Heilborn há de querer que as moças da Escola Normal pareçam novos [ilegível]. Fará com que a farda tenha botões

⁷⁴ O PAIZ. Na Escola Normal. 15.06.15. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁷⁵ Idem.

dourados e o capacete original desses soldados, si não dos taes soldados da <<morte>> com as <<caveirinhas>> nos gorros...⁷⁶

Em 15 de dezembro de 1914, o Jornal do Brasil publicou na primeira página uma charge que resumia os sentimentos e as intenções dos interessados em derrubar Hans Heilborn do cargo de Diretor da Escola Normal. Na charge abaixo, é possível ver uma senhora dialogando com uma jovem que seria a nova aluna da Escola Normal. A cena se passaria nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, envolvendo a polêmica do uniforme e a nacionalidade alemã do diretor da Escola Normal, em meio à guerra. Ao perguntar se a jovem iria para a guerra ou para a Cruz Vermelha, a senhora recebe a resposta da jovem vestida de soldado de que ela havia apenas se matriculado na Escola Normal (LIMA, 2017).



Figura 1 – JORNAL DO BRASIL. Surpresas do figurino. 15.12.1914. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁷⁶ O SÉCULO. Uniforme para as normalistas. Meninas germanizadas. 14.12.14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Retratado como rude, disciplinador e incompatível com o posto de Diretor da Escola Normal, tanto pelo alunado, quanto pelos pais e pelos colegas que frequentemente rendiam matérias de jornais, Hans Heilborn pediu demissão em 28 de junho de 1915, depois de um incidente que envolveu duas alunas normalistas que declamavam versos de Olavo Bilac dentro da sala de aula no dia 11 de junho⁷⁷. As alunas Cecília Meireles⁷⁸ e Déa Simões Mendes haviam sido repreendidas fortemente pelo Diretor, segundo relataram. A situação se agravou com o nervosismo das alunas e com a direção incapaz de acalmar as partes e resolver a questão. Carros de “pronto-socorro” e de polícia foram chamados, enquanto outros alunos ameaçavam o Heilborn (AGUIAR, 2000). O Diretor de Instrução Pública e até o Prefeito tiveram que intervir pessoalmente para acalmar os ânimos e, posteriormente, o caso fora levado à Presidência da República, no Catete⁷⁹. De toda forma, o respeito ao Diretor da Escola Normal já havia se perdido definitivamente e o caso foi usado como exemplo da atuação do rigor alemão à frente da Escola Normal, ocasionando a sua demissão.

A UNIFORMIZAÇÃO DO UNIFORME

A decisão sobre o uniforme, entretanto, já havia sido tomada muitos meses antes do afastamento do Diretor. Por meio do Decreto n.º 1679 de 5 de janeiro de 1915, o prefeito Rivadávia Correa tornava obrigatório o uso do uniforme, não apenas para as mulheres, mas também para os homens, ainda destacando em seu artigo terceiro que “As infrações à presente lei, com referência ao uso indevido do uniforme, serão punidas com o que, aplicável à espécie, estabelecer o Código Penal da República”⁸⁰.

⁷⁷ JORNAL DO COMÉRCIO. Incidente na Escola Normal. 12.06.15. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁷⁸ Cecília Meireles, ex-aluna da Escola Normal, formada em 1917, tornou-se anos mais tarde uma das mais conceituadas escritoras brasileiras.

⁷⁹ O SÉCULO. Depoimento da menina Cecília. 19.06.15. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

⁸⁰ Publicações da Câmara Municipal. DECRETO N.º 1679, de 5 de janeiro de 1915. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

De fato, apesar da criação do uniforme datar de 5 de janeiro e 1915, faltava ainda a regulamentação do mesmo a ser realizada pelo Prefeito. Isto é, faltava discutir qual seria o uniforme a ser adotado pela Escola Normal da capital brasileira. Em longa explanação, Leite Ribeiro relatou experiências na Europa e Estados Unidos com relação à adoção de uniformes para as mulheres em várias áreas, não apenas na escola. Em contato com outras cidades e capitais, apontou também que toda Minas Gerais, destacando-se Juiz de Fora, Barbacena e Belo Horizonte, além de São Paulo, já haviam adotado uniformes para as suas escolas normais. Durante o discurso, o intendente encaminhou então à mesa do Presidente do Conselho Municipal o figurino que tinha a Escola Normal de São Paulo desde 1912 e o recato pretendido às normalistas do Rio de Janeiro que circulavam por áreas de convívio comum com as ‘mulheres públicas’:

Com relação ao Estado de S. Paulo tenho, Sr. Presidente, cousa ainda mais positiva, que vou enviar à mesa: – são dois figurinos, coloridos, do uniforme usado pelas normalistas da capital. Em baixo da figura lê-se o seguinte (lê):

“O figurino que encima estas linhas, foi escolhido pelas alumnas da Escola Normal Secundária e da Escola Normal Primária da Capital, para servir de modelo de uniforme escolar.

Nota explicativa. O uniforme compõe-se e paletot, saia e blusa.

A cor da saia e do paletot é azul marinho. A blusa é branca. A barra da gola e os punhos são pretos.” (Envia à Mesa um figurino)⁸¹.

⁸¹ O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.1914. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

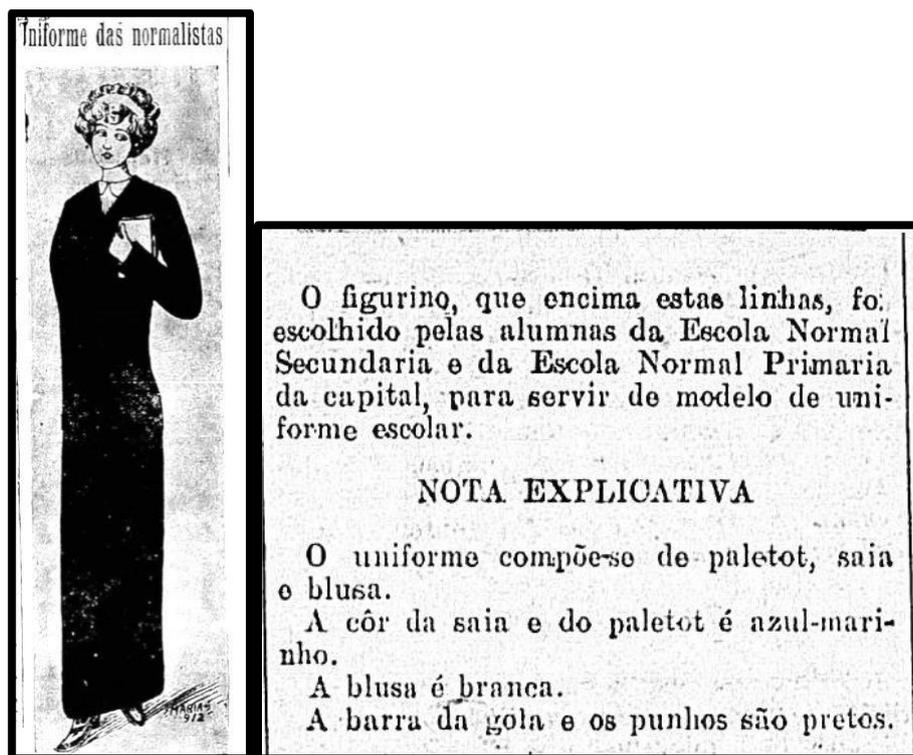


Figura 2 – CORREIO PAULISTANO. Uniforme das normalistas. 16.11.12. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.02.17.

Entretanto, o trabalho específico e organizado das instituições públicas sobre essas estudantes, como descreve Dubet (2006), será aplicado a partir do Decreto n.º 1059, de 14 de fevereiro de 1916⁸², que “Dá regulamento à Escola Normal” através do Capítulo XIII, art. 149. Em pesquisa junto ao Centro de Memória do Instituto de Educação, constatamos que a historiadora Sonia Lopes foi curadora de uma exposição intitulada “Um olhar sobre o Instituto de Educação” (2009), que trazia a seguinte referência do uniforme em 1915:

UNIFORME PARA A ESCOLA NORMAL

BLUSA BRANCA E PANNO NÃO TRANSPARENTE (MORIM, LINHO, TROCOLINE) ABOTOADA COM BOTÕES DE MADREPÉROLA, PUNHOS E GOLA 7 CENT. DE LARGURA. CINTO E CASEMIRA BRANCA 3 CENT. DE LARGURA.

GRAVATA E FITA DE GORGORÃO N.º 12 AZUL MARINHO ESCURO, PRESA PELO DISTINCTIVO DA E.N. FEITO EM METAL PRATEADO.

SAIA DE CASEMIRA AZUL MARINHO ESCURO TODA EM MACHOS DE 10 CENT.

⁸² DECRETO N.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

CASACO DE CASEMIRA AZUL MARINHO ESCURO, COM 2 BOLSOS E BOTÕES COBERTOS DA MESMA FAZENDA.

CALÇADO PRETO.

MEIAS COR DE CARNE.

CHAPÉO DE FELTRO AZUL MARINHO COM FITA DE GORGURÃO TAMBÉM AZUL, N.º 9, PASSADA EM VOLTA DA ABA TERMINANDO NUM LAÇO DO LADO DIREITO.

OS ANNOS DO CURSO SERÃO DISTINGUIDOS POR CADARÇOS DE COR AZUL MARINHO PRESOS NO PUNHO, SENDO (...) O NORMAL CADARÇO DE 1 CENT.⁸³



Figura 3 – Uniforme da Escola Normal do Distrito Federal. Exposição “Um olhar sobre o Instituto de Educação!”. Curadoria: Sonia de Castro Lopes, novembro de 2009. Acervo do CMEB.

Vale citar, ainda, o mesmo Decreto n.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916⁸⁴ que foi responsável por extinguir o curso normal noturno. A razão para isso pode ser tomada por empréstimo das nações europeias, que também não mantinham o curso nesse horário (SANTOS, 2013), ou, segundo o que relatamos aqui, podemos interpretar

⁸³ Exposição “Um olhar sobre o Instituto de Educação!”. Curadoria: Sonia de Castro Lopes, novembro de 2009.

⁸⁴ DECRETO N.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

que a Escola Normal teria a sua “missão” e ensino conflitantes com o que estava a ser praticado à noite nas ruas do centro do Rio de Janeiro, pois, conforme observa o sociólogo francês François Dubet:

A escola não é só um lugar de aprendizagem, também é um espaço moral, <<não tão somente um espaço onde o professor ensina; é um ser moral, um ambiente moral, impregnado de certas ideias, e certos sentimentos, um ambiente que circunda o professor tanto como os alunos (DUBET, 2006, p. 34, tradução nossa)

O episódio baseado na indignação popular pela “moral da boa família brasileira” e na ação do Governo Municipal irá criar um dos maiores distintivos sociais do município do Rio de Janeiro: o uniforme da Normalista. Poucas décadas mais tarde, esse distintivo não será apenas um elemento que irá organizar e diferenciar as alunas dessa instituição, mas se tornaria verdadeiro símbolo de prestígio, disputadíssimo por diferentes razões, que passavam pela ideia de modelo moral, de status social, de formação qualificada, de futuro garantido e de bom casamento. Antes disso, porém, o traje ainda passaria por algumas transformações até se tornar o célebre uniforme das normalistas, conhecido até os dias atuais.

Em entrevista⁸⁵, a ex-aluna do Instituto de Educação, Zilá Enéas (2015), relata que se tornou aluna da unidade em 1942. cursando o Ginásio nos anos seguintes, Enéas ingressou no Curso Normal em 1946. Esse período em que esteve como aluna, é descrito em seu livro *Era uma vez no Instituto de Educação* (1998), ressaltando detalhes de como o uniforme usado pelas normalistas.

Tínhamos, quando no ginásio, verdadeiro fascínio pelo uniforme do curso normal. Não mais o pesado uniforme, tão em desacordo com o nosso clima. Era ele bem mais gracioso e menos infantil: saia azul-marinho *evasée*, embora ainda na inadequada casimira, blusa branca de tricoline de mangas curtas bufantes; distintivo com indicação da série colocado no bolso, de onde pendia um lencinho branco, cuidadosamente arranjado. Muito mais leve a moçoila! Sonhávamos, pois, com o dia de usar tão charmosa indumentária. Mas – Oh, decepção! – não chegamos a realizar o sonho, o diretor da época uniformizou o uniformes (ENÉAS, 1998, p. 36).

⁸⁵ Concedida para o projeto *As Normalistas chegam ao subúrbio* (LIMA, 2015). Zilá Enéas é autora do livro *Era uma vez no Instituto de Educação* (1998).

O traje ao qual se refere a aluna Zilá Enéas (1998) aparece na imagem logo abaixo, datada de 1942, na capa da Revista Instituto. Como relação às características já apontadas, podemos perceber ainda uma novidade: o broche com uma Estrela no peito, no bolso esquerdo, inserida em um escudo clássico ogival, também chamado de lanceolado.



Figura 4 – Revista Instituto (1942) *apud* MELO, Bruna (2017).

Coincidentemente ou não, o ano de 1946 trouxe um componente interessante para analisarmos dentro desse processo que Enéas chamou de “uniformização do uniforme”: a Escola Normal Carmela Dutra. Esse evento levou as alunas tijucanas a se posicionar contrariamente à criação da nova unidade no bairro de Madureira. Embora estivesse posto um evidente desconforto pela quebra da exclusividade do IE em formar professores primários, havia entre as jovens uma aflição ainda maior: qual uniforme as suburbanas usariam? A aluna da primeira turma da ENCD, narrou assim o ocorrido:

Olha o uniforme... as autoridades pediram para um estilista fazer umas folhas grandes bonitas... uns uniformes lindos. Vários uniformes. Tipos de saias, tipos de calças para os rapazes (...) e blusinhas, blusas, agasalhos... então era assim: um desfile de moda mesmo, de estilo. Mas nós tínhamos feito a nossa reuniãozinha e tínhamos dito assim: “- Olha o uniforme tem que ser igual ao do Instituto. A gente vai ver tudo. Vamos deixar eles falarem. Depois que eles falarem. Escolhemos uma”. Parece que foi até a Sylvia [Aranha]. “- E uma fala em nome da turma e todos concordamos”. Foi assim que combinamos. - E aí eles mostraram para gente: “- Olha, não é lindo, que uniforme lindo...”. E eles nos seduzindo com os desenhos que eles tinham levado. Aí nos deixamos... “- Ah esse é muito bonito! E esse não é bonito? E esse não é lindo? Esse não é aquilo...” Aí, quando acabou tudo, nós dissemos isso, né: “- Olha, nós achamos tudo muito bonito, mas já temos uma opinião formada e se é uma escola normal, se vamos ser professoras iguais a elas, o uniforme tem que ser igual. Uma normalista não pode usar um uniforme e a outra usar outro uniforme. Então nós vamos ser discriminadas. Alguém vai ser discriminada. Ainda insistiram, insistiram... mas não conseguiram nada. (...) Foi assim que o uniforme ficou igual. Para raiva do Instituto de Educação. O Instituto de Educação não gostou. “- Imagina, um uniforme igual ao da gente. Vão andar na rua e vão pensar que somos nós”. Isso que elas diziam (MOLINARI, 2013 *apud* LIMA, 2015)⁸⁶.

O uso daquele uniforme tornou-se, entre os anos 1940 e 1950, um símbolo de *status* tão poderoso, que o alunado e as famílias do IE (incluindo o ENCD como unidade submetida) tratavam-no como um privilégio que deveria ser mantido ao alcance de poucos. Abaixo uma imagem do uniforme clássico das normalistas, usado pelas duas unidades existentes na cidade do Rio de Janeiro até meados do século XX.

⁸⁶ Silvia Aranha e Arlete Molinari fora alunas da primeira turma da ENCD, entre 1947 e 1949>



Figura 5 – Uniformes. 1949. Acervo de Esther Natividade Lima⁸⁷.

CONCLUINDO

De fato, o respeito à identidade da normalista, representada, sobretudo, pela *Estrela Azul* encimada no impecável uniforme que as jovens ostentavam pelas ruas da cidade, havia alcançado tal ponto que, em 1959, ao ser noticiado que seria criada uma Divisão de Polícia Feminina na Capital da República, o uniforme escolhido para “desbaratar quadrilhas de traficantes de tóxicos” foi o de normalista⁸⁸.

A “uniformização dos uniformes” aconteceu em 1946, segundo o relato de Zilá Enéas (1998), ano de criação da segunda Escola normal (ENCD). A quebra da exclusividade do uso desse símbolo, com as disputas realizadas pelas alunas de Madureira, em 1947, não se repetiu na década seguinte, com a criação das demais unidades. Ao consideramos o uniforme um alto valor simbólico dessas jovens das classes médias cariocas, começamos a entender o interesse em manter restrito o acesso aos *signos de prestígio*, o que os transformava, também, em privilégios. Hoje,

⁸⁷ Ester Natividade Lima foi aluna da ENCD entre 1947 e 1949.

⁸⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Polícia Feminina usará Uniforme de Normalista. 23 de outubro de 1959. p. 1. Disponível em: www.hemerotecadigital.bn.br. Acessado dia 8 de agosto de 2016.

embora o uniforme tenha sofrido algumas alterações, continua na memória popular como símbolo de um ensino de referência em toda a cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000). **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks.

CARVALHO, Marília Pinto de. (2005). Gênero na análise sociológica do trabalho docente: um palco de imagens. IN: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro. (Orgs.). **A escola e seus atores: educação e profissão docente**. Belo Horizonte: Editora Autêntica/ CNPq, v. 1, p. 89-114.

CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

DUBET, François. (2006). **El declive de la institución** – profesiones, sujetos e indivíduos ante la reforma del Estado. Traducción de Luciano Padilla. Barcelona: Gedisa Editorial.

ENÉAS, Zilá Simas. (1998). **Era uma vez no Instituto de Educação**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VIDAL, Diana et all (2004). “A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira”. **Educação & Pesquisa**, vol. 30, nr. 1, jan./abr.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. (2008). **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Editora Cortez.

HÄHNER, June. (2011). Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Rev. Estud. Fem.** vol.19 no.2 Florianópolis, Mai/Aug. pp. 467 – 474.

JULIA, Dominique (2001). “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. IN: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, p. 9-43, jan/jun. 2001.

LIMA, Fábio Souza. (2015). **As normalistas chegam ao subúrbio** — A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946-1953). Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado]. UFRJ.

LIMA, Fábio Souza. (2017). **As Normalistas do Rio de Janeiro** – O ensino normal público carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação das instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOURO, Guacira. (2006). Mulheres na sala de aula. IN: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto.

MELO, BRUNA (2017). **Representações sobre normalistas do Instituto de Educação do Rio de**

Janeiro no início da década de 1940. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Heloísa. (2012). Praça d'Aclamação, 56: A Escola Normal Republicana. **Revista Democratizar**, v. VI, n. 1, jan./jul., pp. 17 – 27.

SANTOS, Heloísa. (2013). Escola Normal do Distrito Federal: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (1911 - 1920). **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 8, n. 15, jan./jul., pp. 133 – 153.

SILVEIRA, Baltazar da. (1954). **História do Instituto de Educação**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal.

VIDAL, Diana Gonçalves. (1998). “Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30”. **Rev. Fac. Educação**. São Paulo, V. 24, n. 1, pp. 126-140, Jan/Jun.

Entrevistas

ARANHA, Sílvia de Azevedo. Entrevista cedida a Fábio Souza Lima em 08.11.13.

ENÉAS, Zilé Simas. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 20.11.13.

MOLINARI, Arlette. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 22.11.13.

Digitais

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. (s/d). Disponível em: <https://bndigital.bn.br/>. Acessado dia 10/12/15.

CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/>. Acessado dia 27.01.17.

Decreto N.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

Decreto n.º 1059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

Decreto n.º 1679 de 5 de janeiro de 1915. Publicações da Câmara Municipal. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Decreto n.º 7.684 de 6 de março de 1880. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7684-6-marco-1880-546874-publicacaooriginal-61438-pe.html>. Acessado dia 9.10.16.

Decreto n.º 811 de 13 de outubro de 1910. Disponível em: O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Acessado dia 27.01.17.

VIDAL, Diana; et all (org.). (2000). Reforma da instrução pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930. Arquivo Fernando de Azevedo. CDROM. Disponível em:
<http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acessado dia 10.10.17.

Acervos Documentais Pesquisados

Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro – ISERJ – Centro de Memória da Educação Brasileira – Cemeb – Instituto de Educação. Exposição “Um olhar sobre o Instituto de Educação!”. Curadoria: Sonia de Castro Lopes, novembro de 2009.

Instituto de Educação Carmela Dutra – IECD – Secretaria da unidade.

Acervo pessoal de Ester Natividade Lima.

Data de envio: 14/08/2018

Data de aceite: 01/11/2018